

RS discute rolagem da dívida

pública

por Sérgio Bueno
de Porto Alegre

O Rio Grande do Sul tem praticamente definida a renegociação de sua dívida com a União, em moldes semelhantes ao acertado ontem por Minas Gerais. O governo gaúcho não confirma nem nega a informação, mas vem se empenhando há bastante tempo em obter uma solução definitiva para o problema e ontem circularam informações de que o acordo seria assinado amanhã, em Brasília. "Estamos trabalhando na idéia de uma renegociação global da dívida em condições de prazos e taxas adequadas à nossa capacidade de pagamento", afirmou ontem o secretário da Fazenda, Cezar Busatto.

A dívida pública total do estado, incluindo estatais, era de R\$ 11,8 bilhões no final de julho. Desse total, pouco mais de R\$ 8 bilhões correspondiam a compromissos com o governo federal, que exigem um desembolso mensal entre R\$ 35 milhões e R\$ 40

milhões. A maior preocupação, entretanto, está centrada na dívida mobiliária (da qual 92% já foram convertidos em títulos federais, as Letras do Banco Central), que soma quase R\$ 6 bilhões.

Busatto nega que o governo do estado tenha em algum momento cogitado a hipótese de moratória. "Isso não está em nosso dicionário. Ninguém quer deixar de pagar. Quando se fala em moratória na verdade se quer mostrar que é preciso mudar as condições de pagamento", comentou.

A mudança, de acordo com ele, deve acontecer sobre o modelo de financiamento da dívida mobiliária, hoje rolada diariamente no mercado a taxas superiores a 20% reais ao ano. "Nessas condições a dívida é impagável", disse. Na opinião do secretário, se a situação não for alterada, os débitos continuariam sendo rolados indefinidamente, "causando enormes estragos para as finanças dos estados e da União e também para o Plano Real".

O risco provocado pelas dívidas públicas à estabilidade econômica, segundo Busatto, seria uma realidade a médio prazo em função da pressão sobre as taxas de juros como forma de tornar atrativos os papéis rolados diariamente no mercado. Além disso, entende que o problema acabaria por desestimular os investimentos produtivos "por dar guarida à volta da ciranda financeira".

O secretário reiterou que o estado busca uma solução "definitiva e duradoura" e o governo federal, de acordo com ele, estaria interessado em resolver o problema por conta a própria pressão sobre o Plano Real. O governo gaúcho pretende aproveitar a predisposição da União em renegociar as dívidas estaduais para também promover um grande encontro de contas entre ambas as partes. "Existem pendências da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) com a Eletrobrás e o Banco do Brasil que podem ser resolvidas dessa forma", comentou Busatto.